

Estudo Técnico Preliminar 17/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 60043.000166/2023-56

2. Descrição da necessidade

ESTE ARTEFATO É UMA CÓPIA DO ETP DIGITAL Nº 54/2023

2.1. O presente artefato visa a análise das soluções disponíveis no mercado para efetivo tratamento da necessidade apresentada pela unidade demandante, com especial atenção a eventuais peculiaridades técnicas da demanda e o demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento, caracterizando o interesse público e a escolha da melhor solução, visando concluir pela melhor forma de prestação de apoio às atividades competentes à Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Defesa, para que as demandas de comunicação do Senhor Ministro de Estado da Defesa e a comunicação institucional com outros órgãos, instituições e à sociedade como um todo, ocorra de forma oportuna e eficiente. Para tanto, pleiteia-se apoio nos serviços de edição e operação de mídia audiovisual, operação de câmera, produção de conteúdo jornalístico e tarefas de publicidade.

2.2 Conforme consta no Art. 7º do anexo I do Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023, compete à ASCOM/MD: Exercer as atividades de comunicação do Ministro de Estado da Defesa e a comunicação institucional dos órgãos integrantes da administração central do ministério, observadas as competências da Secretaria Especial de Comunicação Social. Para tanto, no intuito de promover a divulgação institucional das ações, projetos e programas do Ministério da Defesa (MD) e dos órgãos vinculados ao ministério, faz-se necessária a contratação de empresa na prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados, de forma contínua, na Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Defesa, compreendendo atividades de jornalismo, publicidade, design gráfico, filmagem, edição, operação de produções audiovisuais, com base no previsto no art. 1º, inciso VI da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece que esses serviços serão, preferencialmente, objeto de execução indireta no âmbito da administração pública federal, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. O Ministério da Defesa, em função do dinamismo e amplitude nacional de suas ações, projetos e programas, pautados, principalmente, pelas atividades exercidas pelo Gabinete do Ministro, Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e pela Secretaria Geral (SG), tem grande volume de iniciativas e ações a serem divulgadas em seus canais institucionais de comunicação, como forma de informar e prestar contas à sociedade, além de elevar a transparência sobre a aplicação dos recursos da administração pública. Além disso, a pasta promove ou participa, anualmente, de grande número de eventos nacionais e internacionais, como fóruns, feiras e seminários, que despertam forte interesse no setor de Defesa. Tais iniciativas requerem necessário planejamento, organização, cobertura, além da divulgação junto a veículos de imprensa, o que demanda permanente contato e relacionamento por parte da Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM/MD) com jornalistas e públicos de interesse do ministério. Somado a isso, a ASCOM/MD tem como função promover e divulgar propagandas e campanhas publicitárias que integram o calendário anual do ministério, das Forças Armadas e do governo federal. Algumas dessas campanhas possuem caráter obrigatório, como a do Serviço Militar, e são desenvolvidas, produzidas e difundidas pela ASCOM/MD. Ressalta-se, ainda, que, em 2023, está em processo a instalação, na sede do órgão, de um estúdio de rádio e TV, o que ampliará, significativamente, a produção audiovisual de responsabilidade da ASCOM/MD. Tal iniciativa exigirá ampliação das atividades de apoio e suporte, capazes de operar e manusear equipamentos sofisticados de áudio e vídeo.

2.2.1. A comunicação social do Ministério da Defesa continuará a ser prestado pelos servidores da Assessoria Especial de Comunicação Social, neste caso não se vislumbra intenção de contratar o serviço sob a disciplina da Lei 12.232, de 2010, tendo em vista que a pretendida contratação visa obter serviços de **apoio e suporte** às atividades de gestão estratégica da comunicação institucional por eles desempenhadas e sempre sob sua supervisão.

2.3. Todas as atividades de apoio ou de suporte são distribuídos dentro dos respectivos setores de competência visando atingir o alinhamento estratégico do órgão previsto para atividade de comunicação "Fortalecer a comunicação institucional, proporcionando visibilidade às ações do MD, resguardando a boa imagem da instituição, e promovendo o bom relacionamento com toda a sociedade, de maneira a cativar, fidelizar e conquistar a sua confiança, conforme previsto no Plano de Gestão do Ministério da Defesa (4945080)". E o cumprimento das competências previstas no Art. 7º do Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023, compete à ASCOM/MD: "Exercer as atividades de comunicação do Ministro de Estado da Defesa e a comunicação institucional com outros Órgãos ou Instituições, observadas as competências da Secretaria Especial de Comunicação Social".

2.3.1. Estrutura funcional atual da Assessoria Especial de Comunicação Social:

I - Chefia da ASCOM;

II - Subchefia;

III - Promoção, Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Imprensa;

IV - Administrativo;

V - Produção e Comunicação Integrada;

VI - Agência Defesa;

VII - Relações Públicas;

VIII - Digital;

IX - Publicidade e Propaganda; e

X - Foto Imagem e Edição de Mídia Audiovisual.

2.4. Cabe destacar que o Ministério da Defesa não possui servidores efetivos especializados na área de Comunicação, o que impede o órgão de suprir tal necessidade com os próprios quadros. Buscando minimizar o déficit de pessoal relacionado à comunicação social, a ASCOM/MD celebrou em outubro de 2020 o termo de contrato nº 023/2020-MD (2760350), por meio do qual, atualmente é regulada a prestação de serviços de apoio administrativo com dedicação de (seis postos de jornalistas, um posto de editor de mídia audiovisual, dois postos de design gráfico, um posto de diagramador e quatro postos de publicitários), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. O contrato ora vigente serviu como solução paliativa para suprir de forma parcial a carência de mão de obra qualificada na Assessoria Especial de Comunicação Social, porém, passados dois anos e onze meses de prestação de serviços, foi verificado que o mesmo não atende às necessidades atuais do órgão em sua plenitude, como por exemplo: a jornada de trabalho dos jornalistas, as quantidades que não cabem mais aditivos e especificações dos postos de trabalho, esses ajustes são essenciais para aprimorar os trabalhos exercidos na ASCOM /MD e manter à população brasileira informada acerca das atividades desenvolvidas no Ministério da Defesa e seus órgãos vinculados. Ademais, a assessoria tem recorrido ao apoio das três Forças Armadas, o que, entretanto, tem se mostrado insuficiente, pelas especificidades das funções de comunicação social, que requerem habilidades e formação específicas.

2.5. Desta forma, as atividades se enquadram como atividades auxiliares, materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal deste Ministério da Defesa, conforme disposto no Decreto nº 9.507/18 e no Art. 7, § 1º, da Instrução Normativa nº 5, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), passaram a ser exercidas por execução indireta.

2.5.1. Para atender a necessidade da ASCOM/MD em elaborar as atividades de comunicação do Ministro e comunicação institucional do Ministério os terceirizados realizarão as seguintes atividades sempre sob a supervisão da ASCOM/MD, conforme quadro abaixo:

Quadro 1

Posto	Atividades
06 (seis) postos de jornalista . CBO 2611-25. Jornada de trabalho de 35 horas semanais a serem cumpridas de forma contínua, nos setores de promoção, assessoria de imprensa e relacionamento com a imprensa, agência defesa, digital e relações públicas da Assessoria Especial de Comunicação Social. Justificativa: Por meio do termo de contrato nº 023/2020-MD (2760350), atualmente são regulados 06 (seis) postos de serviços de jornalistas, entre outros postos da área de comunicação social.	Para o apoio na produção de conteúdo, o jornalista deverá apurar (de maneira completa, detalhada e com o uso de pesquisas complementares se necessário), checar, avaliar, organizar e produzir textos jornalísticos para mídias institucionais do ministério (imprensa, televisiva, radiofônica, site oficial do Ministério da Defesa (MD), canais de mídias sociais e canais de comunicação interna em uso); sugerir pautas e avaliar o conteúdo produzido quanto à pertinência da divulgação com base nos valores-notícia do jornalismo, e, também, realizar a cobertura jornalística de eventos (internos e externos), publicar os conteúdos produzidos por meio das ferramentas disponíveis, corrigi-los se necessário e atuar em coordenação com as áreas do MD, com os órgãos vinculados e com outros de interesse para coletar e hierarquizar

<p>Passados dois anos e nove meses do início da prestação de serviços, houve o acréscimo de dois postos de serviços, correspondente a 21,98% do valor anual do referido contrato, entre os quais um deles foi para obter mais um terceirizado jornalista, atingindo o total de seis postos de serviços de jornalista. Além disso, a área de execução da prestação de serviço foi ampliada para a região do Distrito Federal-DF, para maior abrangência das atividades exercidas.</p> <p>Apesar de terem sido realizadas as alterações acima mencionadas no contrato atual, foi observado pela chefia da assessoria e seus assessores que o objeto do termo de contrato nº 023/2020-MD, não satisfaz às necessidades da ASCOM/MD, em sua plenitude, como, por exemplo: a jornada de trabalho de apenas 25 horas semanais; a quantidade de postos de terceirizados jornalistas; a organização, a divulgação e a cobertura jornalística dos eventos de interesse do Ministério da Defesa, produzindo textos jornalísticos, realizando o assessoramento das autoridades do ministério junto à imprensa, visitando veículos de comunicação, intermediando entrevistas e divulgando as pautas de interesse da ASCOM/MD na imprensa local.</p> <p>Sendo assim, a solicitação atual visa à contratação de 06 (seis) postos de serviços de terceirizados jornalistas, que deverão laborar com jornada de trabalho de 35 horas semanais.</p>	<p>informações, contextualizar fatos, entrevistar fontes e gravar entrevistas; acessar o banco de dados da ASCOM/MD (fotos, imagens e sons) e o sistema de planejamento e gerenciamento de pautas, e mantê-los atualizados; ser capaz de desenvolver atuação jornalística em vídeos, áudios, podcasts e outras produções relacionadas, seja como redator, produtor de conteúdo, entrevistador, locutor e apresentador. Quando demandado, propor e redigir roteiros para vídeos institucionais e vídeo reportagem, acompanhando todos os processos relacionados à gravação, à edição audiovisual e à revisão do conteúdo, em todas as fases da execução do projeto; pautar sua atuação em cordialidade e pontualidade (cumprir horários e os prazos estabelecidos pela administração). Serviço de comunicação social do Ministério da Defesa continuará a ser prestado pelos servidores da Assessoria Especial de Comunicação Social, na forma do art. 20-A, §3º, da Lei nº 12.232, de 2010, e que a pretendida contratação visa obter serviços de apoio e suporte às atividades de gestão estratégica da comunicação institucional por eles desempenhadas e sempre sob sua supervisão, tal como admitido pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria nº 443, de 2018 c/c art. 2º do Decreto nº 9.507, de 2018.</p>
<p>02 (dois) postos de publicitário.</p> <p>CBO 2531-15.</p> <p>Jornada de trabalho de 44 horas semanais, a serem cumpridas de forma continua, no setor de publicidade e propaganda da Assessoria Especial de Comunicação Social.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A ASCOM/MD possui apenas uma servidora comissionada com capacidade técnica para laborar no setor de publicidade e propaganda, quantitativo esse, insuficiente, para fazer frente às demandas do setor.</p> <p>Como forma de solucionar a carência desse profissional na assessoria, em outubro de 2020, foi celebrado o termo de contrato nº 023/2020-MD (2760350), pelo qual atualmente são regulados 04 (quatro) postos de serviços de publicitários, entre outros postos da área de comunicação social. Após dois anos e nove meses do início da prestação de serviços, foi verificado que a quantidade de postos e as atividades previstas no termo de referência e edital que resultou no referido contrato não estão adequadas ao perfil profissional necessário para o cumprimento das demandas, sendo necessário, restar claro, nesta nova contratação pleiteada, que o terceirizado publicitário deverá exercer atividades de maior complexidade, além das resumidas na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), observadas as legislações vigentes.</p> <p>A chefia da assessoria e seus assessores entendem, portanto, que o contrato ora vigente não satisfaz às necessidades atuais da ASCOM/MD, pois, apesar de atualmente existirem quatro postos de serviço de publicitários, dois deles não suprem às necessidades dos setores de digital e relações públicas de forma</p>	<p>O terceirizado deverá participar de reuniões de briefing; auxiliar na criação de planos de comunicação com ações e conceitos de propaganda e campanhas institucionais e/ou educativas; executar serviços e peças publicitárias; acompanhar a respectiva execução dos planos de trabalho; efetuar a redação de conteúdo publicitário para campanhas institucionais e/ou educativas e de roteiros de vídeos institucionais e/ou educativos; auxiliar na apresentação de campanhas aos clientes; dar assistência técnica aos demais profissionais envolvidos no desenvolvimento de campanhas institucionais e publicitárias; auxiliar na estruturação de iniciativas e projetos de comunicação; identificar as necessidades do setor proponente das ações institucionais a serem transformadas em conteúdo publicitário; preparar apresentação do projeto para o setor demandante; acompanhar a execução do projeto; criar slogans de campanhas; sugerir imagens para os textos criados; contribuir na concepção do layout da campanha; contribuir no processo criativo desenvolvido; auxiliar na execução do planejamento de marketing; auxiliar no desenvolvimento de projeto gráfico de livros, revistas e outras publicações dos setores do ministério; zelar pelo uso correto de marcas e slogans do ministério e do governo federal; ser cortês, pontual, profissional e ético no relacionamento com os clientes demandantes e proponentes de projetos; executar outras tarefas similares a área de publicidade.</p>

<p>eficiente. Por esse motivo serão solicitados apenas 02 (dois) postos referente ao setor de publicidade e propaganda e os terceirizados deverão laborar com jornada de trabalho de 44 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.</p>	
<p>2 (dois) postos de editor de mídia audiovisual.</p> <p>CBO 3744-05.</p> <p>Jornada de trabalho de 44 horas semanais a serem cumpridas de forma contínua, no setor de foto imagem e edição de mídia audiovisual da Assessoria Especial de Comunicação Social.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A Assessoria Especial de Comunicação Social possui apenas um servidor comissionado com capacidade técnica para laborar na área de edição de mídia audiovisual, quantitativo esse, insuficiente, para fazer frente às demandas crescentes do setor.</p> <p>Como forma de solucionar a carência desse profissional na assessoria, em outubro de 2020, foi celebrado o termo de contrato nº 23/2020 (2760350), pelo qual atualmente é regulado 01 (um) posto de serviço de editor de mídia audiovisual, entre outros postos da área de comunicação social, porém, após dois anos e nove meses do início da prestação de serviços, foi observado pela chefia da assessoria e seus assessores, que o contrato ora vigente não satisfaz às necessidades atuais da ASCOM/MD.</p> <p>Ressalta-se, ainda, que, no corrente ano, está em andamento um processo de contratação de empresa especializada em serviços de obra e engenharia visando à instalação, na sede do órgão, de um estúdio de rádio e TV (6240916), o que ampliará, significativamente, a produção audiovisual de responsabilidade da assessoria. Portanto, para o pleno funcionamento do estúdio, serão contratados 02 (dois) postos de editor de mídia audiovisual, para cumprimento de jornada de trabalho de 44 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.</p>	<p>O terceirizado deverá editar vídeos, áudios, fotos, criar animações e efeitos para produções audiovisuais para TV, redes sociais, e outras mídias nas quais o Ministério da Defesa vier a atuar; buscar imagens e vetores em bancos de vídeos e imagens com as Forças Armadas, na internet e em outras áreas, para utilizar em edições; buscar trilhas e efeitos sonoros na internet para utilizar em edições; operar ilha de edição e softwares de edição de mídias audiovisuais; organizar e arquivar conteúdos audiovisuais bancos de dados e imagens do ministério; organizar e enviar conteúdos audiovisuais para as redes sociais do ministério. Além de auxiliar na concepção e produção dos projetos audiovisuais de interesse da Assessoria Especial de Comunicação Social, selecionar imagens e sons, ordenando-os conforme o roteiro; operar ilha de edição e unidade de controle de edição automática (editor) e outras fontes de imagem; operar software de edição de vídeos, áudios e imagens; realizar ajustes de nível de vídeo e áudio, durante gravações referida por um padrão; converter vídeos para os formatos necessários à edição; fazer a edição de programas e realizar cópias e publicações de programas; indexar arquivos sob sua utilização para planilha de gravação e edição; finalizar os conteúdos audiovisuais e auxiliar no processo de publicação, transmissão ou encaminhamento a solicitantes; editar vídeos e realizar gravações e cortes em transmissões ao vivo coordenadas pela Assessoria Especial de Comunicação Social; auxiliar na elaboração de pareceres relacionados com assuntos artísticos e técnicos ligados à função; atender aos prazos estipulados pela Assessoria Especial de Comunicação Social para o cumprimento das metas; operar, com zelo, os equipamentos fornecidos e sob a guarda do Ministério da Defesa.</p>
<p>01 (um) posto de operador de câmera.</p> <p>CBO 3721-15.</p> <p>Jornada de trabalho de 44 horas semanais a serem cumpridas de forma contínua, no setor de foto imagem e edição de mídia audiovisual da Assessoria Especial de Comunicação Social.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A Assessoria Especial de Comunicação Social possui apenas um servidor comissionado com capacidade técnica para laborar na área de captação de imagem, quantitativo esse, insuficiente, para fazer frente às demandas crescentes do setor.</p> <p>Como forma de solucionar a carência de profissionais especializados em diversos setores da área de comunicação social, em outubro de 2020, foi celebrado o termo de contrato nº</p>	

<p>23/2020, entre o Ministério da Defesa e a empresa Esplanada Serviços, porém, não consta no objeto do referido contrato, o posto de serviço de operador de câmera.</p> <p>Sendo assim, foi observado pela chefia da assessoria e seus assessores, que o contrato ora vigente não satisfaz às necessidades atuais da ASCOM/MD, pois a ausência deste posto de serviço, sobrecarrega o setor de mídia audiovisual, tendo em vista que atualmente a assessoria conta com apenas um servidor comissionado para suprir toda a necessidade do setor, tanto na sede do Ministério da Defesa quanto em outros locais do território nacional, visando à captação de imagem de atividades de interesse da ASCOM/MD.</p> <p>Ressalta-se, ainda, que, em 2023, está em andamento um processo de contratação de empresa especializada em serviços de obra e engenharia visando à instalação, na sede do órgão, de um estúdio de rádio e TV (6240916), o que ampliará, significativamente, a produção audiovisual de responsabilidade da assessoria.</p> <p>Portanto, para o pleno funcionamento do estúdio, será contratado 01 (um) posto de serviço de operador de câmera que deverá laborar com jornada de trabalho de 44 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.</p>	<p>O terceirizado deverá captar imagens através de câmeras de vídeo, aparelhos celulares e drones para a realização de produções audiovisuais, televisivas e multimídia, com teor artístico, jornalístico, documental e publicitário relacionado à comunicação institucional do Ministério da Defesa. Captar imagens em movimento; interpretar visualmente o roteiro; executar conceito fotográfico e organizar produção de imagens, dialogando constantemente com a equipe de trabalho. Realizar gravações no estúdio da ASCOM/MD e demais áreas de abrangência da cobertura feita pelo ministério.</p>
<p>03 (três) postos de design gráfico.</p> <p>CBO 2624-10.</p> <p>Jornada de trabalho de 44 horas semanais a serem cumpridas de forma continua, no setor de publicidade e propaganda da Assessoria Especial de Comunicação Social.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A Assessoria Especial de Comunicação Social conta com apenas uma servidora comissionada com capacidade técnica para laborar na área publicidade e propaganda, quantitativo esse, insuficiente, para fazer frente às demandas do setor.</p> <p>Como forma de solucionar a carência desse profissional na assessoria, em outubro de 2020, foi celebrado o termo de contrato nº 23/2020 (2760350), pelo qual atualmente são regulados 02 (dois) postos de serviço de design gráfico, e 01 (um) posto de serviço de diagramador, entre outros postos da área de comunicação social, porém, após dois anos e nove meses do início da prestação de serviços, e o acréscimo de dois postos de serviço, correspondente a 21,98% do valor anual do referido contrato, sendo um desses postos o de design gráfico, foi observado pela chefia da assessoria e seus assessores, que o contrato ora vigente não satisfaz às necessidades atuais da ASCOM/MD, foi verificado, ainda, que a quantidade de postos e as atividades previstas no termo de referência e edital que resultou no referido contrato, não estão adequadas ao perfil profissional necessário para o cumprimento das demandas, assim, serão contratados 03 (três) postos de serviço de design gráfico, que deverão cumprir jornada de trabalho de 44 horas</p>	<p>O terceirizado design gráfico deverá criar, desenvolver e executar o layout e design para campanhas institucionais e projetos gráficos impressos e eletrônicos como revistas, livros e outras publicações demandados pelos setores técnicos do ministério ou órgãos vinculados. Participar de reuniões de briefings, propor a criação de projetos visuais para o segmento editorial, corporativo e de caráter promocional. Criar identidade visual para eventos, seminários, exposições, feiras e outros; conceber projetos gráficos (artes digitais e impressas de folders, cartilhas, confecção de moedas, peças do enxoval gráfico para serem utilizadas nas mídias do ministério, em ações de e-mail marketing, no portal institucional do ministério, na intranet e outros); fiscalizar o uso correto da identidade visual do ministério; verificar, tecnicamente, os materiais impressos encaminhados à gráfica, conferindo as especificações de impressão, bem como a correta aplicação da identidade visual; criar ilustrações e infográficos para serem utilizados nas mídias do ministério; planejar e realizar o projeto gráfico, diagramação e editoração de materiais institucionais impressos, como livros, manuais, cartazes, revistas, catálogos, folders, folhetos, cartões e demais objetos impressos; criar e executar sistemas de identidade visual, incluindo o desenvolvimento de marcas e manuais de aplicação; acompanhar a aplicação de identidades visuais; pesquisar referências de materiais para subsidiar a criação de projetos gráficos; realizar arte-final e tratamento de imagens para impressão de alta qualidade; acompanhar a impressão em gráfica e verificando provas; promover o gerenciamento de arquivos em sistemas operacionais; compilar, organizar e arquivar textos e imagens para processamento em impressão offset e laser; formatar e diagramar textos utilizando diferentes programas; criar peças gráficas nos diferentes programas; manipular arquivos vetoriais; gerenciar, produzir e editar documentos gráficos para a distribuição eletrônica; realizar</p>

semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.	atividades de pré-impressão e montagem de provas impressas; revisar o projeto gráfico dos trabalhos diagramados; realizar as funções com diligência, ser cordial no relacionamento com os clientes e demais servidores; desempenhar atividades similares inerentes ao trabalho de design gráfico.
<p>01 (um) posto de operador de mídia audiovisual.</p> <p>CBO 3731-05.</p> <p>Jornada de trabalho de 44 horas semanais a serem cumpridas de forma contínua, no setor de foto imagem e edição de mídia audiovisual da Assessoria Especial de Comunicação Social.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A Assessoria Especial de Comunicação Social possui apenas um servidor comissionado com capacidade técnica para laborar no setor de mídia audiovisual, quantitativo esse, insuficiente, para fazer frente às demandas crescentes do setor.</p> <p>Como forma de solucionar a carência de profissionais especializados em diversos setores da área de comunicação social, em outubro de 2020, foi celebrado termo de contrato nº 23/2020 (2760350), porém, não consta no objeto do referido contrato, o posto de serviço de operador de mídia audiovisual.</p> <p>Assim sendo, foi observado pela chefia da assessoria e seus assessores, que o contrato ora vigente não satisfaz às necessidades atuais da ASCOM/MD, pois a ausência deste posto de serviço, sobrecarrega o setor de mídia audiovisual, tendo em vista que atualmente a assessoria conta com apenas um servidor comissionado para suprir toda a necessidade do setor, tanto na sede do Ministério da Defesa, quanto em viagens nacionais, visando à captação de imagem de atividades de interesse da ASCOM/MD.</p> <p>Ressalta-se, ainda, que, em 2023, está em andamento um processo de contratação de empresa especializada em serviços de obra e engenharia visando à instalação, na sede do órgão, de um estúdio de rádio e TV (6240916), o que ampliará, significativamente, a produção audiovisual de responsabilidade da assessoria.</p> <p>Portanto, para o pleno funcionamento do estúdio, e para cumprir às atividades na sede do Ministério da Defesa e em todo o território do Distrito Federal, será contratado 01 (um) posto de serviço de operador de mídia audiovisual que deverá laborar com jornada de trabalho de 44 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.</p>	<p>O terceirizado deverá configurar, operar e monitorar sistemas de sonorização e gravação, editando, misturando, remasterizando e restaurando registros sonoros de vídeo, filmes e similares, realizar trabalhos de transmissão e captação de imagem e som, operando equipamentos de áudio e vídeo, a partir de uma programação de trabalho previamente estabelecida pela ASCOM/MD; trabalhar com elementos e equipamentos de projeção de slides e retroprojeção, de aparelhos do tipo geradores de caracteres, de efeitos especiais e de computação gráfica; captar ângulos de luz e adequação de som; fazer montagens de imagens captadas, eliminando partes desnecessárias; auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério da ASCOM/MD.</p>

2.6. Não há cargos com essas qualificações no quadro de pessoal deste Ministério para a atividade a ser terceirizada, além de não envolver tomada de decisão ou posicionamento institucional, ou poder de polícia. Dessa forma, é possível a contratação de empresa para executar tais atividades de apoio, e que fiquem à disposição nas dependências da contratante e em toda a região do Distrito Federal, de forma a alcançar outras instalações e atividades ligadas à Pasta, cabendo ao Ministério o custeio das despesas com deslocamentos realizados pelos prestadores de serviços” para a prestação dos serviços e que possibilite a fiscalização pela contratante, de acordo com o Decreto nº 9.507/2018 e IN nº 05/2017- MP, que regulamentam, no âmbito da Administração Pública Federal, a execução indireta da atividade assessoria instrumental ou complementar ao assunto que constitui área de competência legal do Órgão, conforme abaixo: Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional - Decreto nº 9.507 /2018 Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços: I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação,

supervisão e controle; II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal. § 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado. Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra - IN nº 05/2017- MP Art. 17.

2.7. O serviço a ser contratado exige dedicação exclusiva de mão de obra dos trabalhadores da contratada, com rotinas e periodicidade bem definidas, sendo necessário um preposto. Desta forma, a contratada será a responsável por prover todos os meios necessários à perfeita consecução da prestação do serviço contratado.

2.8. Faz-se necessária a contratação de empresa para prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para executarem atividades de apoio administrativo para auxílio e suporte na Comunicação Social, uma vez que o atual Contrato Administrativo nº 023/2020-MD firmado entre este Ministério e a Empresa ESPLANADA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, CNPJ nº 01.099.686/0001-82, tem vigência até 17/10/2023, cabendo possibilidade de prorrogação. Contudo, não satisfaz às necessidades atuais da ASCOM/MD.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM	Priscila Leite de Mesquita Novaes Mendonça - Contato no telefone: 3312-9053 E-mail: priscila.mesquita@defesa.gov.br

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação para a escolha da solução, estão em consonância com a legislação e normas vigentes que regem o Contrato, o processo licitatório deverá ser prestados com qualidade, pontualidade, eficiência, respeitando-se principalmente às normas trabalhistas e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação de empresa na prestação dos serviços com postos de trabalho de jornalista, publicitário, editor de mídia audiovisual, operador de câmera, design gráfico e operador de mídia audiovisual, deve considerar no mínimo os seguintes requisitos para suprir a necessidade:

4.1.1. Contratação de pessoa jurídica para a alocação de mão de obra, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de terceirizados, para apoiar e fornecer o suporte para ASCOM/MD, habilitados conforme a seguinte Classificação Brasileira de Mão de Obra para o desempenho das atividades de cada função e respeitando fielmente às Convenções Coletivas de Trabalho - CCT de cada categoria envolvida.

4.1.2. Os serviços serão prestados por pessoa jurídica na prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no ramo de atividade terceirizada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade, segurança e respeito as normas trabalhistas exigidos neste instrumento e no futuro Termo de Referência, onde deverá prever a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada e será responsável por atender aos requisitos exigidos na legislação em vigor.

4.1.3. A Contratada não poderá ter ou manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos.

4.1.4. Da utilização de banco de horas para compensação de horas trabalhadas excedente a carga prevista na contratação, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada. Esta medida será adotada por ser menos onerosa para a administração pública bem como pelo fato de os serviços na área de comunicação social serem por vezes intempestivos.

4.1.4.1. O controle e fiscalização do banco de horas será especificado no Termo de Referência.

4.1.5. Não há possibilidade de subcontratação.

4.1.6. Vedação à participação de cooperativas no processo licitatório, conforme disposto no inciso II Parecer nº00002/2023 /DECOR/CGU/AGU.

“ II - Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada. Parecer nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU)” Grifo nosso

4.2. Da Natureza Continuada dos Serviços

4.2.1. Os serviços possuem natureza continuada, sendo indispensável para o bom funcionamento dos trabalhos, tendo em vista que a ASCOM/MD não dispõe de recursos humanos suficientes para a execução dessas atividades de apoio, tornando-se necessária à terceirização dessas atividades meio. Conforme consta no inciso XV, do art. 6º da Lei nº 14.133 /2021.

*"XVI. Serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da **atividade administrativa**, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;"* (grifo nosso)

4.2.2. A essencialidade dos serviços serem de natureza continuada é configurada pela necessidade da atividade a ser prestada mediante a contratação de terceiros, de modo perene com a finalidade de assegurar de forma rotineira e permanente o funcionamento das atividades finalísticas da Administração Central do Ministério da Defesa - AC/MD, de modo que a sua interrupção comprometerá as prestações dos serviços públicos ligados a comunicação do Ministro e a comunicação institucional do órgão.

4.2.3. O objeto desta licitação, enquadra-se na categoria de serviços comuns, de trata o inciso XIII, do art. 6º da Lei nº 14.133 /2021, pois possui padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2.4. Os serviços a serem licitados se caracterizam como serviços de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que na execução contratual exigirá, dentre outros requisitos, que:

4.2.4.1. Os empregados da CONTRATADA permaneçam à disposição nas dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços.

4.2.4.2. A CONTRATADA não compartilhe os recursos humanos disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

4.2.4.3. A CONTRATADA possibilite a fiscalização pela CONTRATANTE quanto à distribuição, controle e supervisão /fiscalização dos recursos humanos alocados no contrato.

4.2.5. Durante as ausências de férias e demais afastamentos previstos em Lei ou os não justificados, a CONTRATANTE deverá exigir a substituição nos postos de trabalho visando garantir a completa e efetiva execução dos serviços.

4.2.6. Para cada tipo de serviço, e de acordo com suas características específicas, serão definidas o perfil profissional, a experiência requerida, as habilidades e os conhecimentos específicos, além de graduação escolar daqueles que serão incumbidos da execução de tarefas. Conforme quadro que será apresentado no subitem 6.7.

4.2.7. A CONTRATADA deverá manter preposto durante a vigência do Contrato, sem custo à CONTRATANTE.

4.2.7.1. A manutenção da figura do preposto pela CONTRATADA tem a finalidade de representá-la administrativamente sempre que necessário e gerenciar operacionalmente os empregados da CONTRATADA, devendo ser indicado por ocasião da assinatura do Contrato mediante declaração.

4.2.8. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador com vínculo familiar com agente público na AC/MD, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de julho de 2010. A CONTRATADA deverá apurar se algum de seus colaboradores contratados se enquadrem na vedação em tela, e sempre que houver alteração com a troca de funcionários, apresentar declaração assinada por seus colaboradores na qual cada um afirme que não possui nenhum parente até o 3º grau no âmbito do Ministério da Defesa – MD, a declaração deve ser apresentada à gestão do Contrato em até 5 dias úteis da apresentação do colaborador.

4.2.9. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se de qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2.10. O CONTRATADO deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, **quando o caso assim o exigir**.

4.3. Vigência do Contrato

4.3.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes por até 10 (Dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.3.1.1. Conforme o artigo 107, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, admitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se como contínuos tendo em vista o supramencionado no subitem 4.2. deste presente Estudo. Ainda, cabendo ressaltar que enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades auxiliares, acessórias, instrumentais e/ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, com características não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelos planos de cargos da Administração Pública Federal.

4.3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, admitindo-se pela administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas previamente definidas, nos termos do art. 5º, inc. II, da Instrução Normativa SLTI/MPDG/SG nº 5/2017.

4.3.4. O Contrato será avaliado pela CONTRATANTE mensalmente, tanto sob o ponto de vista da necessidade quanto do aspecto econômico, podendo, justificadamente e mediante o contraditório e a ampla defesa, ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, caso os preços contratuais estejam superiores aos valores praticados no mercado e a CONTRATADA não concorde com a sua revisão, não cabendo indenização à CONTRATADA, nesse caso. Desde que observado o §1º do art. 106 da Lei 14.133/2021.

"A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo, ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data." (grifo nosso)

4.3.5. Esclarece-se que a avaliação do ponto de vista da qualidade será realizada continuamente, inclusive para o estabelecimento do valor devido à CONTRATADA, por meio da aplicação dos indicadores especificados no Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

4.4. Das Exigências Diversas

4.4.1. Atendimento a contratação para mulheres vítimas de violência domésticas em percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas, conforme expresso no art. 3º e demais exigências do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023.

4.4.2. Abster-se de atribuir a execução de atividades inerentes a servidores públicos a terceirizados, conforme o que prescreve o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e suas alterações por meio do Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019.

4.4.3. Ademais, conforme consta no inc. VI, do art. 1º da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, serão preferencialmente objeto de execução indireta a *"Comunicação social, incluindo jornalismo, publicidade, relações públicas e cerimonial, diagramação, design gráfico, webdesign, edição, editoração e atividades afins; "* (grifo nosso).

4.4.4. Adote medidas necessárias para impedir que pessoas sem vínculo formal com a Administração Pública desenvolvam qualquer atividade de gestão no âmbito do Órgão e que empregados na condição de terceirizados não atuem em atividades-fim do Órgão, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 391/2009 – Plenário.

4.4.5. Seja exercido controle efetivo da frequência e das horas trabalhadas, exigidos dos fiscais do Contrato exames detalhados prévios ao atesto das informações contidas no controle de frequência exercidos pelos funcionários da empresa e somente serão efetuados os pagamentos dos períodos efetivamente trabalhados, conforme Acórdão TCU nº 1.330/2008 – Plenário.

4.4.5.1. O controle será exercido por meio da utilização de solução tecnológica disponibilizada pela empresa CONTRATADA para controle de frequência, controle e aferição de atividades desempenhadas pelos trabalhadores terceirizados.

4.4.6. Não permita que parentes de servidores da AC/MD sejam contratados pela empresa terceirizada, em atenção aos princípios da moralidade e da impessoalidade que devem nortear a gestão da coisa pública, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 1.282 /2008 – Plenário e suas bases legais por meio da Constituição Federal/1988, Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 7.203/2010, Portaria ME nº 1.144/2021 e Súmula Vinculante nº 13 – Supremo Tribunal Federal - STF.

4.4.7. Observe que o registro de ocorrências afetas à sua execução, particularmente as falhas ao serviço, justificáveis ou não, dos terceirizados, seja formalmente realizado no mês em que ocorrerem, refletindo assim seu impacto financeiro na fatura do próprio mês, em rigorosa atenção a legislação vigente, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 646/2007 – Plenário.

4.4.8. Deve ser coibida toda e qualquer forma de procedimento que possa caracterizar a subordinação direta de trabalhadores terceirizados a quaisquer dos gestores, exigindo a presença de preposto da CONTRATADA em suas dependências em todo o tempo de expediente de prestação de serviços, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 1.978/2004 – Plenário.

4.4.9. Exerça rigorosa fiscalização na execução do contrato, especialmente no que tange a obrigatoriedade de a empresa “*arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes de obrigações trabalhistas dos empregados terceirizados, de forma a evitar a responsabilização subsidiária preconizada pelo inciso IV da Súmula/TST nº 331.*”, conforme o que prescreve o Acórdão TCU nº 3.619/2009 – Segunda Câmara.

4.4.10. Consulte, para efeito de cada pagamento e de cada renovação contratual, a regularidade fiscal e trabalhista da empresa, para comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação pela CONTRATADA.

4.4.11. Considere, em eventuais prorrogações de vigência contratual, os efeitos da Lei nº 12.506/2011, em relação ao aviso prévio, conforme Mensagem nº 075703, de 23/08/2012, inserida no SIASG – COMUNICA.

4.5. Metodologias de Controle e Fiscalização Ativa:

4.5.1. Os procedimentos de controle e fiscalização ativa e constante no acompanhamento da execução do Contrato adotará metodologias táticas operacionais e estratégicas durante a sua vigência, conforme o que prescreve a IN SEGES nº 5/2017.

4.5.2. Nesse sentido, o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 assim dispõe:

"Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§ 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no *caput* deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II- a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado." (grifo nosso).

4.5.3. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

4.5.4. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR deverá prever diversos assuntos sensíveis durante a contratação, tais como o descumprimento da execução contratual (mais recorrentes é atrasos em pagamentos de salários, férias e benefícios trabalhistas), a inadimplência das obrigações trabalhistas ou previdenciárias, as rescisões contratuais, a jornada de trabalho como um todo, a cobertura de postos e entre outros, e tem por objetivo mitigar os danos que poderão ocorrer durante a vigência do Contrato.

4.5.4.1. A utilização do IMR ocorrerá preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para a verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuada.

4.5.4.2. Certifica-se que este Ministério, ainda, não possui ferramentas informatizadas, dessa forma será utilizado o Instrumento de Medição do Resultado (IMR) apêndice VII do Termo de Referência Digital.

4.5.5. Os esforços administrativos relacionados ao **processo de contratação, seleção do fornecedor e gestão contratual** terão suas trajetórias de riscos e controles criteriosamente analisados, com vistas a mitigar danos e riscos envolvidos ao processo de contratação para a Administração Pública em seu planejamento, fiscalização, revisão e pagamento, deste modo, o controle permitirá a mitigação de falhas do Contrato, estão previstos no Gerenciamento e Matriz de Riscos, atualizadas conforme o andamento do processo.

4.5.6. Também como aprimoramento técnico-profissional das metodologias de controle e fiscalização ativa também se prevê a necessidade de capacitação constante dos fiscais e gestores de contrato pelas escolas do governo e empresas privadas e o auxílio pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para manter a boa harmonia na fiscalização do Contrato, bem como maior segurança para estes agentes.

5. Levantamento de Mercado

Soluções possíveis:

5.1.1. Solução 1 - Contratação de mão de obra temporária:

5.1.1.1. Esse tipo de solução requer recursos financeiros, pessoais e temporais específicos, com foco distinto a este projeto. A Lei nº 8.745/93 que trata da contratação de servidores por tempo determinado traz um rol específico de situações aplicáveis, não suprimindo completamente os anseios do serviço público federal.

5.1.1.2. O inciso IX do art. 37 da Constituição Federal de 1988 prevê a possibilidade de contratação temporária de pessoal, na hipótese de prestação de serviços públicos emergenciais, reservando sua regulamentação à lei ordinária. Assim, também a Lei nº 8.745/93 dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para acudir a necessidade temporária de excepcional interesse público nos órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional (art. 1º). A própria Norma define, em seu art. 2º, quais as situações se aplicam que devem ser consideradas como necessidade temporária de excepcional interesse público, quais sejam:

Assistência a situações de calamidades públicas;

Combate a surtos endêmicos;

Realização de recenseamentos;

Admissão de professor substituto e professor visitante;

Admissão de professor ou pesquisador visitante estrangeiros; e

Atividades especiais nas organizações das Forças Armadas, na área industrial ou para atender a encargos temporários de obras e serviços de Engenharia.

5.1.2. Solução 2 - Concurso Público e Cargo Comissionado:

5.1.2.1. Esse tipo de solução requer recursos financeiros, pessoais, temporais específicos e **permanentes**, com foco distinto a este projeto. A utilização de servidores provenientes de cargos de carreira (concurso público) e comissionados, com previsão na **Lei nº 8.112/90**, são direcionados a cargos de liderança e assessoramento, que por força constitucional, são destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, necessidade divergente do que se busca nessa contratação.

5.1.3. Solução 3 - Contratação de serviços por demanda/produtividade

5.1.3.1. Essa solução é inviável visto que a demanda apresenta-se intempestivamente, não sendo praticável a constante emissão de ordens de serviço para seu atendimento. Para contratação de tais serviços demandaria planejamento para processo licitatório que pode chegar até 120 dias, inviabilizando a execução do serviço e podendo vir prejudicar a execução das atividades de apoio a ASCOM/MD. Outro ponto que torna essa solução improdutiva é a ausência do profissional in loco para execução da demanda, a contratada teria que encaminhar um profissional a todo instante em que a ASCOM/MD necessitasse dos serviços, e este não estará habituado com as rotinas e processos da lotação, resultando em serviços prestados de forma ineficaz.

5.1.4. Solução 4 - Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

5.1.4.1. O **Decreto nº 9.507/2018** trouxe um novo rol de possibilidades de execução indireta, mediante contratação de serviços para administração pública federal direta, autárquica e fundacional, além das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Conforme o artigo 2º, "Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação". Desde que observadas as vedações estabelecidas no Decreto. Para tanto o art. 1º, inciso VI da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabelece que os serviços pretendidos neste estudo são preferencialmente, objeto de execução indireta no âmbito da administração pública federal.

5.1.4.2. Entende-se, portanto, que esse tipo de solução não se confunde com as contratações previstas nas Leis nº 8.112/90 e 8.745 /93. A solução descrita destina-se à realização de atividades auxiliares, instrumentais, acessórias e/ou complementares aos assuntos da área de competência legal da Administração, na expectativa de proporcionar melhores condições para atingir as metas e objetivos estratégicos em suas ações finalísticas, bem como melhorar o desempenho das atividades acessórias, constituindo-se em uma alternativa indispensável para fortalecer a gestão administrativa.

5.1.5. Solução 5 - Contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda:

5.1.5.1. A Lei nº 12.232/2010 traz a possibilidade da Administração contratar o serviço de publicidade realizado por empresa especializada nesta área, porém essa contratação não se enquadra na necessidade do MD, por força do art. 7º do Decreto nº 11.337, de 01 de Janeiro 2023, que aprova a reestrutura regimental do MD - " Competência da ASCOM-MD. Promover a divulgação institucional das ações, projetos e programas do Ministério da Defesa e dos órgãos vinculados à pasta.

5.1.5.2. Essa alternativa não se vislumbra, tendo em vista que o Ministério da Defesa já possui uma Assessoria (ASCOM) que é responsável pela comunicação social do MD, onde existe já o emprego de uma estrutura funcional conforme demonstrado no subitem 2.3.1. deste artefato, necessitando somente de apoio administrativo para a ASCOM.

5.1.6. Diante dos cenários apresentados, é importante ressaltar que após a análise das alternativas possíveis de solução, tendo em vista que o Estudo Técnico Preliminar tem a finalidade de indicar o interesse público e a melhor solução ao Termo de Referência. A Equipe de Planejamento de Aquisições conclui que a solução nº 4 (quatro) é mais vantajosa e viável para Administração sob os aspectos técnicos e econômicos descritos acima.

5.1.7. Em atendimento ao art.11, I, da lei 14.133/2021, esta equipe observou as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores, até da própria AC/MD, inclusive de outros órgãos, constatando que a solução mais apta à satisfazer a necessidade será pela contratação por meio de certame, de empresa prestadora de serviço terceirizado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Auxiliando assim a ASCOM/MD na realização de suas atividades.

5.2.A) Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração:

5.2.1. A solução para atendimento das necessidades é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa CONTRATADA mediante alocação de empregados para desenvolvimento de atividades necessárias, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no TR que balizará o processo licitatório.

5.2.2. Importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições não visualiza outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada, tendo em vista o prosseguimento na continuidade da contratação de forma padronizada por esse Ministério.

5.2.3. Após a realização de pesquisa preliminar sobre contratações de serviços assemelhados por Órgãos e Entidades Públicas Federais, foram identificados diversos processos licitatórios, a partir dos quais se constatou a existência de diversas empresas aptas a prestar o tipo de serviço de apoio ora requerido. Ademais, por se tratar da contratação de serviços que se encontram na seara comum, a solução técnica não é restrita a um limitado número de agentes.

5.2.4. Considerando as alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada, esta equipe buscou comparar os objetos de contratações similares realizados por outras UASGs, conforme segue na planilha abaixo:

ÓRGÃO	UASG	PREGÃO	ETP DIGITAL	SERVIÇO
ASCOM/AGU	110792	06/2023 (SRP)	Não localizado o ETP no compras.gov	Terceirizados para área de comunicação

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 11 ^a	80002	13/2023	Não localizado o ETP no compras.gov	Terceirizado Apoio Administrativo, Design Gráfico
ENAP/ ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA/DF	114702	18/2021	ETP 28/2021	Terceirizados para área de comunicação
MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS	810013	01/2020	Não localizado o ETP no compras.gov	Terceirizados para área de comunicação

5.3.B) **Ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições:**

5.3.1. A coleta de contribuições para a presente licitação, identificou de forma clara e objetiva que existem processos semelhantes ao objeto desta licitação, contribuindo para coletas de informações necessárias e suficientes, com o objetivo de verificar a legalidade para a contratação, bem como atendendo os princípios constantes no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.4.C) **Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular:**

5.4.1. Não se aplica ao objeto desta contratação.

5.5.D) **Ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas:**

5.5.1. Não se aplica ao objeto desta contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1.1. A solução mais adequada dentre as viés possíveis apresentadas e a que mais auferir resultados eficientes no quesito de suprir a necessidade da ASCOM/MD, conforme supramencionado no item 2 deste Estudo é a contratação de empresa na prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para **apoiar às atividades de comunicação social da ASCOM/MD**, a serem executados de forma contínua, compreendendo 6 (seis) postos de jornalista, 2 (dois) postos de publicitário, 2 (dois) postos de editor de mídia audiovisual, 1 (um) posto de operador de câmera, 3 (três) postos de design gráfico e 1 (um) posto de operador de mídia audiovisual, todos relacionados à área da comunicação social.

6.2. Os terceirizados disponibilizados pela CONTRATADA realizarão suas atividades laborais sob orientação técnica dos servidores públicos civis/militares designados, observadas as exigências e obrigações estabelecidas no Termo de Referência a ser utilizado na contratação, especialmente os referentes ao cumprimento dos requisitos exigidos, jornada e horários de trabalho, acesso a sistemas informatizados, programas, normas e regras das instituições.

6.3. A CONTRATADA poderá realizar o processo de seleção dos profissionais observando os pré-requisitos constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Edital e seus Anexos, e em especial o Contrato. Após a solicitação da CONTRATANTE à CONTRATADA do fornecimento de terceirizados para realização das atividades laborais, a CONTRATADA realizará o processo de seleção, informando à CONTRATANTE o perfil e currículo dos profissionais indicados.

6.4. Será da competência da gestão do Contrato, indicar os responsáveis pelo treinamento inicial do terceirizados contratado, cabendo aos contratantes o encargo pelas atividades de ambientação e adequação a forma de trabalho.

6.5. A CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SLTI/MPDG nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

6.6. A presente contratação será realizada por meio de um Pregão Eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Modelos de Licitações e Contratos - Modelo da Lei nº 14.133/2021 - Pregão Eletrônico - Termo de Referência

Serviço com Mão de Obra, **Atualização: maio/2023**, sendo balizado nas legislações em vigor pertinentes ao assunto, bem como as Convenções Coletivas de Trabalho - CCT de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO do posto.

6.7. Em face de todo exposto, a CONTRATADA observará como parâmetro de perfil profissional o quadro abaixo elencado para realização da seleção dos terceirizados que irão atuar na Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM. Os empregados a serem alocados na execução dos serviços pela CONTRATADA, de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, requisitos técnicos, atribuições e responsabilidades de cada perfil profissional, deverão atender às especificações e aos requisitos estabelecidos no quadro abaixo:

Quadro 2

Posto	Jornalista
Código CBO	2611-25.
Jornada de trabalho	Jornada de trabalho de 35 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.
Salário com base na CCT	R\$ 5.684,29
Nº registro da CCT no MTE	DF000447/2023
Grau de instrução	Profissional com registro de jornalista no Ministério do Trabalho e Emprego, com curso de nível superior (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação), na área de comunicação social com habilitação em jornalismo.
Requisitos básicos	Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses na atividade de comunicação social exercidas em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.
Atribuições a serem exercidas	<p>Para a apoio e suporte na produção de conteúdo, o jornalista deverá apurar (de maneira completa, detalhada e com o uso de pesquisas complementares se necessário), checar, avaliar, organizar e produzir textos jornalísticos para mídias institucionais do ministério (imprensa, televisiva, radiofônica, site oficial do Ministério da Defesa (MD), canais de mídias sociais e canais de comunicação interna em uso); sugerir pautas e avaliar o conteúdo produzido quanto à pertinência da divulgação com base nos valores-notícia do jornalismo, e, também, realizar a cobertura jornalística de eventos (internos e externos), publicar os conteúdos produzidos por meio das ferramentas disponíveis, corrigi-los se necessário e atuar em coordenação com as áreas do MD, com os órgãos vinculados e com outros de interesse para coletar e hierarquizar informações, contextualizar fatos, entrevistar fontes e gravar entrevistas; acessar o banco de dados da ASCOM/MD (fotos, imagens e sons) e o sistema de planejamento e gerenciamento de pautas, e mantê-los atualizados; ser capaz de desenvolver atuação jornalística em vídeos, áudios, podcasts e outras produções relacionadas, seja como redator, produtor de conteúdo, entrevistador, locutor e apresentador.</p> <p>Quando demandado, propor e redigir roteiros para vídeos institucionais e vídeo reportagem, acompanhando todos os processos relacionados à gravação, à edição audiovisual e à revisão do conteúdo, em todas as fases da execução do projeto; pautar sua atuação em cordialidade e pontualidade (cumprir horários e os prazos estabelecidos pela administração); auxiliar na elaboração de planos de comunicação; redigir avisos de pauta, releases e preparar press kits; promover encontros com profissionais de comunicação e visitas institucionais a veículos de comunicação; acompanhar autoridades em eventos de interesse da administração; preparar e acompanhar porta-vozes para entrevistas, coletivas, pronunciamentos e para qualquer tipo de interação com os órgãos do setor. Além disso, orientar as autoridades do MD sobre possível repercussão de pauta; auxiliar na elaboração, na produção e na distribuição de conteúdos pelo mailing da ASCOM/MD; auxiliar na atualização do mailing (regional, nacional, internacional e mídia especializada) da ASCOM/MD; receber e processar os pedidos de imprensa, debater com os superiores o devido encaminhamento, buscar subsídios e validar textos com as áreas técnicas envolvidas, e enviar resposta oficial dentro dos prazos combinados; executar atividades de</p>

	clipagem, monitoramento e análise das redes sociais institucionais; pautar sua atuação geral em postura profissional e ética.
Posto	Publicitário
Código CBO	2531-15
Jornada de trabalho	Jornada de trabalho de 44 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.
Salário base estimado pela área técnica. (6602715).	R\$ 5.000,00
Nº registro da CCT no MTE	DF000266/2023
Grau de Instrução	Profissional com curso superior em comunicação social com habilitação em publicidade e propaganda ou marketing, reconhecido pelo ministério da Educação.
Requisitos básicos	Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.
Atribuições a serem exercidas	O terceirizado deverá apoiar e fornecer suporte na participar de reuniões de briefing; auxiliar na criação de planos de comunicação com ações e conceitos de propaganda e campanhas institucionais e/ou educativas; executar serviços e peças publicitárias; acompanhar a respectiva execução dos planos de trabalho; efetuar a redação de conteúdo publicitário para campanhas institucionais e/ou educativas e de roteiros de vídeos institucionais e/ou educativos; realizar apresentação de campanhas aos clientes; dar assistência técnica aos demais profissionais envolvidos no desenvolvimento de campanhas institucionais e publicitárias; auxiliar na estruturação de iniciativas e projetos de comunicação; identificar as necessidades do setor proponente das ações institucionais a serem transformadas em conteúdo publicitário; preparar apresentação do projeto para o setor demandante; acompanhar a execução do projeto; criar slogans de campanhas; sugerir imagens para os textos criados; contribuir na concepção do layout da campanha; contribuir no processo criativo desenvolvido; auxiliar na execução do planejamento de marketing; auxiliar no desenvolvimento de projeto gráfico de livros, revistas e outras publicações dos setores do ministério; zelar pelo uso correto de marcas e slogans do ministério e do governo federal; ser cortês, pontual, profissional e ético no relacionamento com os clientes demandantes e proponentes de projetos.
Posto	Editor de mídia audiovisual
Código CBO	3744-05
Jornada de trabalho	Jornada de trabalho de 44 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.
Salário com base na CCT	R\$ 7.538,01
Nº registro da CCT no MTE	DF000111/2023

Grau de Instrução	Formação mínima de nível médio e cursos profissionalizantes, oferecidos por instituições de formação profissional.
Requisitos básicos	Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área de edição de mídia audiovisual em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.
Atribuições a serem exercidas	Caberá ao terceirizado apoiar e fornecer suporte na editar vídeos, áudios, fotos, criar animações e efeitos para produções audiovisuais para TV, redes sociais, e outras mídias nas quais o Ministério da Defesa vier a atuar; buscar imagens e vetores em bancos de vídeos e imagens junto às Forças Armadas, na internet e em outras áreas, para utilizar em edições; buscar trilhas e efeitos sonoros na internet para utilizar em edições; operar ilha de edição e softwares de edição de mídias audiovisuais; organizar e arquivar conteúdos audiovisuais bancos de dados e imagens do ministério; organizar e enviar conteúdos audiovisuais para as redes sociais do ministério. As imagens produzidas pelo terceirizado são de caráter e propriedade institucional. participar do planejamento, concepção e produção dos projetos audiovisuais de interesse da Assessoria Especial de Comunicação Social; selecionar imagens e sons, ordenando-os conforme o roteiro; operar ilha de edição e unidade de controle de edição automática (editor) e outras fontes de imagem; operar software de edição de vídeos, áudios e imagens; realizar ajustes de nível de vídeo e áudio, durante gravações referida por um padrão; converter vídeos para os formatos necessários à edição; fazer a edição de programas e realizar cópias e publicações de programas; indexar arquivos sob sua utilização para planilha de gravação e edição; finalizar os conteúdos audiovisuais e auxiliar no processo de publicação, transmissão ou encaminhamento a solicitantes; editar vídeos e realizar gravações e cortes em transmissões ao vivo coordenadas pela Assessoria Especial de Comunicação Social; auxiliar na elaboração de pareceres relacionados com assuntos artísticos e técnicos ligados à função; atender aos prazos estipulados pela assessoria para o cumprimento das metas; operar, com zelo, os equipamentos fornecidos e sob a guarda do Ministério da Defesa.
Posto	Operador de câmera.
Código CBO	3721-15.
Jornada de trabalho	Jornada de trabalho de 44 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.
Salário com base na CCT	R\$ 5.533,15
Nº registro da CCT no MTE	DF000111/2023
Grau de instrução	Nível médio e cursos profissionalizantes, oferecidos por instituições de formação profissional.
Requisitos básicos	Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área de edição de operação de câmera em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.
Atribuições a serem exercidas	O terceirizado deverá apoiar e fornecer suporte para captar imagens através de câmeras de vídeo, aparelhos celulares e drones para a realização de produções audiovisuais, televisivas e multimídia, com teor artístico, jornalístico, documental e publicitário relacionado à comunicação institucional do Ministério da Defesa. Captar imagens em movimento; interpretar visualmente o roteiro; executar conceito fotográfico e organizar produção de imagens, dialogando constantemente com a equipe de trabalho. Realizar gravações no estúdio da ASCOM/MD e demais áreas de abrangência da cobertura

	feita pelo ministério; operar, com zelo, os equipamentos fornecidos e sob a guarda do Ministério da Defesa.
Posto	Design gráfico
Código CBO	2624-10
Jornada de trabalho	Jornada de trabalho de 44 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.
Salário com base na CCT	R\$ 6.978,51
Nº registro da CCT no MTE	DF000209/2023
Grau de Instrução	Curso superior de tecnologia na área ou bacharelado em design gráfico, reconhecido pelo Ministério da Educação.
Requisitos básicos	Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área de design gráfico em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.
Atribuições a serem exercidas	<p>Caberá ao terceirizado apoiar e fornecer suporte na participação de reuniões de briefings, propor a criação de projetos visuais para o segmento editorial, corporativo e de caráter promocional. Criar identidade visual para eventos, seminários, exposições, feiras e outros; conceber projetos gráficos (artes digitais e impressas de folders, cartilhas, confecção de moedas, peças do enxoval gráfico para serem utilizadas nas mídias do ministério, em ações de e-mail marketing, no portal institucional do ministério, na intranet e outros); fiscalizar o uso correto da identidade visual do ministério; verificar tecnicamente os materiais impressos encaminhados à gráfica, conferindo as especificações de impressão, bem como a correta aplicação da identidade visual; criar ilustrações e infográficos para serem utilizados nas mídias do ministério; planejar e realizar o projeto gráfico, diagramação e editoração de materiais institucionais impressos, como livros, manuais, cartazes, revistas, catálogos, folders, folhetos, cartões e demais objetos impressos; criar e executar sistemas de identidade visual, incluindo o desenvolvimento de marcas e manuais de aplicação; acompanhar a aplicação de identidades visuais; pesquisar referências de materiais para subsidiar a criação de projetos gráficos; realizar arte-final e tratamento de imagens para impressão de alta qualidade; acompanhar a impressão em gráfica e verificando provas; promover o gerenciamento de arquivos em sistemas operacionais; compilar, organizar e arquivar textos e imagens para processamento em impressão offset e laser; formatar e diagramar textos utilizando diferentes programas; criar peças gráficas nos diferentes programas; manipular arquivos vetoriais; gerenciar, produzir e editar documentos gráficos para a distribuição eletrônica; realizar atividades de pré-impressão e montagem de provas impressas; revisar o projeto gráfico dos trabalhos diagramados; realizar as funções com diligência, ser cordial no relacionamento com os clientes e demais servidores; desempenhar atividades similares inerentes ao trabalho de design gráfico.</p>
Posto	Operador de mídia audiovisual.
Código CBO	3731-05
Jornada de trabalho	Jornada de trabalho de 44 horas semanais, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário, com a devida compensação de horas a ser gerenciada pela contratada.

Salário com base na CCT	R\$ 6.164,61
Nº registro da CCT no MTE	DF000111/2023
Grau de instrução	Nível médio e cursos profissionalizantes, oferecidos por instituições de formação profissional.
Requisitos básicos	Experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses de atuação na área de mídia audiovisual em órgãos públicos ou empresas do mercado privado, com comprovação em carteira de trabalho ou similar.
Atribuições a serem exercidas	Realizar o apoio e suporte em trabalhos de transmissão e captação de imagem e som, operando equipamentos de áudio e vídeo, a partir de uma programação de trabalho previamente estabelecida pela ASCOM/MD; trabalhar com elementos e equipamentos de projeção de slides e retroprojeção, de aparelhos do tipo geradores de caracteres, de efeitos especiais e de computação gráfica; captar ângulos de luz e adequação de som; fazer montagens de imagens captadas, eliminando partes desnecessárias; auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério da ASCOM/MD.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Sobre a contratação de empresa na prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para apoiar às atividades de comunicação social da ASCOM/MD, a serem executados de forma contínua, compreendendo 6 (seis) postos de jornalista, 2 (dois) postos de publicitário, 2 (dois) postos de editor de mídia audiovisual, 1 (um) posto de operador de câmera, 3 (três) postos de design gráfico e 1 (um) posto de operador de mídia audiovisual, todos relacionados à área da comunicação social. Foi realizado levantamento no Contrato nº 023/2020-MD (2760350), em virtude de não haver viabilidade técnica para realização de estudo de dimensionamento da força de trabalho (DFT), sendo assim, o último contrato celebrado pelo Ministério da Defesa análogo à contratação pretendida, previa as seguintes quantidades de postos:

POSTO DE SERVIÇO	QUANTIDADE CONTRATADA 2020 Termo de Contrato nº 023/2020 - MD (2760350)	QUANTIDADE CONTRATADA 2021 Termo Aditivo nº 015-DESEG/CONTRATO-2021 (3720358)	QUANTIDADE MANTIDA 2021 Termo Aditivo nº 039/2021MD (4163126)	QUANTIDADE MANTIDA 2022 Termo Aditivo nº 050/2022MD (5716196)	QUANTIDADE ATUAL 2023
Jornalista	05	acréscimo de 01	06	06	06
Publicitário	04	-	04	04	04
Diagramador	01	-	01	01	01
Design gráfico	01	acréscimo de 01	02	02	02

7.2. Conforme consta na tabela acima, não há os postos de Operador de câmera e Operador de mídia audiovisual no atual contrato, motivo pelo qual o mesmo, já não atende às necessidades da Assessoria Especial de Comunicação Social.

7.3. A jornada de serviço para os jornalistas serão de 35 (trinta) horas semanais, sendo 7 (sete) horas diárias, conforme regulamentado pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 e na CLT, no artigo 304, seção XI.

"Art. 304 - Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição." (grifo nosso)

7.3.1. A carga horária diária do jornalista será de 7 (sete) horas devido à quantidade de demandas tratadas pela ASCOM-MD.

7.4. Para os postos de terceirizado operador de câmera e operador de mídia audiovisual, a demanda faz-se necessária devido a instalação, na sede do órgão, de um estúdio de rádio e TV (6240916), o que ampliará, significativamente, a produção audiovisual de responsabilidade da Assessoria Especial de Comunicação Social. Exigindo a necessária contratação de profissionais técnicos, capazes de operar e manusear equipamentos sofisticados de áudio e vídeo.

7.5. No tocante ao posto de Design gráfico, através do contrato nº 023/2020-MD (2760350), são regulados 02 (dois) postos de design gráfico e 01 (um) posto de diagramador. Ao longo da prestação de serviço regulada pelo contrato atual, a ASCOM/MD concluiu que as atividades exercidas pelo design gráfico abrangem um rol maior de possibilidades de entrega das demandas em comparação as atividades exercidas pelo diagramador, não restringindo-se apenas ao serviço de diagramar. Por tanto, norteado pelo princípio da eficiência na gestão da coisa pública, nesta contratação proposta, o posto de diagramador foi substituído pelo de design gráfico, totalizando 03 (três) terceirizados design gráfico que irão laborar no setor de publicidade e propaganda da ASCOM/MD.

7.6. Em relação ao posto de publicitário, através do contrato nº 023/2020-MD (2760350), são regulados 04 (quatro) postos de publicitário, porém, ao realizar análise pormenorizada através deste ETP, a ASCOM/MD concluiu que não necessita contar com o apoio dessa quantidade de postos, portanto, solicita-se a manutenção de 2 (dois) postos de publicitário.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.666.465,76

8.1. O valor total estimado da contratação pretendida foi obtido de acordo com as especificações das quantidades de postos de serviço, conforme segue:

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO								
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN	QTD	VALOR ESTIMADO R\$		
						UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
01	01	Jornalista.	5380	Posto	06	13.454,72	80.728,32	968.739,84
	02	Publicitário.	5380	Posto	02	12.398,21	24.796,42	297.557,04
	03	Editor de mídia audiovisual.	5380	Posto	02	18.311,48	36.622,96	439.475,52
	04	Operador de câmera.	5380	Posto	01	13.752,25	13.752,25	165.027,00
	05	Design gráfico.	5380	Posto	03	17.039,11	51.117,33	613.407,96
	06	Operador de mídia audiovisual.	5380	Posto	01	15.188,20	15.188,20	182.258,40

CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO R\$	2.666.465,76
--------------------------------	--------------

Ademais, informo que as memórias cálculo de cada item constante no quadro acima, estão anexas ao processo geral que versa sobre a contratação 6600936 e 6602715.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Diante da demanda que trata a presente contratação de empresa de prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para apoiar às atividades de comunicação social da ASCOM/MD, considera-se a decisão de que **não é viável** técnica e operacionalmente o parcelamento da demanda.

9.1.1. Por conseguinte, **sugere-se** a adoção da contratação por Grupo, pois sua contratação se torna mais exequível, vantajosa e satisfatória para a Administração em demonstrações de razões de eficácia, eficiência, logísticas, contratuais, operacionais, finalísticas, econômicas e tende a proporcionar o fiel cumprimento dos objetivos do órgão.

9.2. O parcelamento em itens e/ou lotes poderá implicar em menor atratividade às empresas interessadas, deste modo, é esperada competitividade mais acirrada, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados. Para que não seja assim diminuída a concorrência e inclusive desencadear contratações com valores maiores que no caso de uma contratação única por grupo.

9.3. Além disso, é de entendimento do Tribunal de Contas da União que não se revela benéfico o parcelamento da contratação de serviços terceirizados. Isso porque as empresas que atuam no mercado não são especializadas em tipo específico de serviço, sendo especializadas na administração de mão de obra em geral. Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade da licitação e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que, se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o valor fixo por posto tende a ser maior (Acórdão nº 1214/2013-P).

9.4. Estima-se que tal iniciativa também deve mitigar eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dos serviços, pois não possui natureza complexa e/ou complexidade técnica. Igualmente, o não parcelamento propicia a sinergia dos serviços prestados e tem por objetivo tornar o processo de contratação mais eficiente, permitindo maior economia de escala referente a redução de despesas administrativas, logísticas e operacionais, considerando que todos os postos serão prestados na mesma unidade, não há no que se falar em parcelamento da solução.

9.5. Ainda, a Súmula nº 247 - TCU, de 10 de novembro de 2004 abre exceção para contratação integrada, nos casos em que haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou a perda de economia de escala.

"9.5 dar ciência à (...) de que: (...)

9.5.7.8 avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir forem positivas:

(i) é tecnicamente viável dividir a solução?;

(ii) é economicamente viável dividir a solução?;

(iii) não há perda de escala ao dividir a solução;

(iv) há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da solução ao dividir a solução?" (grifo nosso)

9.6. Não obstante, existe diversas atividades a serem desenvolvidas, apresentando a interdependência de execução e gerenciamento, portanto não cabe desmembramento das atividades desenvolvidas pelos postos de trabalho. Haja vista, ainda, que o pagamento se dará conforme a execução dos serviços, deste modo a estimativa da Administração não será diferenciada, o que não demonstra uma economia maior em se dividir o objeto, nem tampouco há restrição à competição haja vista que o objeto, tal como especificado, pode ser plenamente atendido pelo mercado.

9.7. Também se pode fundamentar a contratação no fato de o Termo de Referência e o Gerenciamento e Matriz de Riscos terem por finalidade dar clareza e objetividade aos serviços a serem contratados, evitando interpretações equivocadas ou compreensões dos licitantes quanto às condições estabelecidas, observando o Acórdão TCU nº 2.441/2017 - Plenário. A contratação

potencializa ganhos de escala e de gestão contratual, considerando que a execução conjunta dos serviços busca atender a necessidades da Administração.

9.8. No atual cenário do mercado nacional, existem diversos fornecedores aptos à realização dos serviços em grupo único com as atividades apresentadas, observados em processos licitatórios semelhantes, conforme apresentado neste instrumento, o que torna possível a realização da contratação através de processo licitatório com ampla concorrência.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Existe um processo em andamento (nº 60043.000124/2023-15), visando à construção do estúdio de rádio e TV do Ministério da Defesa, na sala 755, do sétimo andar, do edifício sede do MD, com o fito de melhorar e ampliar a capacidade de produção de conteúdo radiofônico e audiovisual da Assessoria Especial de Comunicação Social do MD (ASCOM/MD), bem como possibilitar a elaboração de novos produtos como podcasts, spots, vinhetas, reportagens, vídeos institucionais, webinários, web programas, documentários e animações, além de viabilizar a realização de entrevistas com autoridades da pasta e de outros órgãos. Com o objetivo de propiciar os meios necessários para o pleno funcionamento do referido estúdio, o Ministério da Defesa adquiriu equipamentos através do processo nº 60585.000564/2022-64, bem como estão em curso os processos nº 6289585, nº 6334139 e nº 6240935, em fase interna de aquisição.

10.2. Ressalta-se que existem contratações anteriores para os postos de serviços de Jornalista, Editor de Mídia Audiovisual, Design Gráfico, Diagramador e Publicitário, por meio do Processo nº 60041.000223/2020-74.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Planejamento das despesas decorrentes desta contratação, está previsto no objetivo estratégico nº 8 - Fortalecer a Comunicação Institucional, proporcionando visibilidade às ações do MD, resguardando a boa imagem da instituição, e promovendo o bom relacionamento com toda a sociedade, de maneira a cativar, fidelizar e conquistar a sua confiança, conforme previsto no Plano de Gestão do Ministério da Defesa (SUPER 4945080);

11.2. A contratação pretendida está intrínseca e diretamente alinhada ao objetivo estratégico do Ministério da Defesa, presente no Planejamento Estratégico Setorial – 2020/2023;

11.3. De acordo com o art. 16 do Decreto 10.947 de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.3.1. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2023;

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;

III) Id do item no PCA: 843;

IV) Classe/Grupo: 911 – Serviços Administrativos do Governo; e

V) Identificador da Futura Contratação: 110404_318/2023.

11.3.3. Conforme Despacho n 157/SEORI/SG-MD (6852111) foi autorizado o remanejamento desse processo para utilização do PCA 2024.

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;

III) Id do item no PCA: 1288;

IV) Classe/Grupo: 911 – Serviços Administrativos do Governo; e

V) Identificador da Futura Contratação: 110404_90364/2023

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação pretendida trará vários benefícios diretos e indiretos ao MD em termos de economicidade, eficiência, eficácia e melhor alocação dos recursos humanos, gerando maior qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

12.2. Dentre os benefícios pretendidos, podem ser citados:

12.2.1. A capacidade de **tornar a Assessoria Especial de Comunicação Social** autossuficiente, produzindo conteúdos da área de comunicação social de forma oportuna e tempestiva, gerando eficiência e economicidade para a Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), uma vez que, a assessoria contará com o apoio dos serviços nas atividades que ocorrerem em todo o território nacional, bem como terá capital humano especializado à disposição para produção e edição de conteúdos, atendimento de demandas e cumprimento de suas atribuições institucionais.

12.3 No caso da contratação deste objeto, será elaborado o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que deverá constar como anexo do Termo de Referência (IN SEGES/MP nº 05/2017, Anexos V-B e VIII-A).

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Em princípio prevê-se que o futuro contrato tenha duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 10 (dez) anos, na forma da Lei nº 14.133/2021. Caberá a ASCOM/MD informar a distribuição dos terceirizados da empresa a ser contratada e transmitir por instrumentos próprios as orientações para a realização do serviço; As comunicações entre o Ministério da Defesa e a empresa contratada se darão por intermédio do preposto da empresa e serão adotados mecanismos de comunicação tais como ofícios, circulares ou correio eletrônico institucional. O preposto da contratada deverá deter amplos poderes para controlar frequência, pontualidade, sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com a execução do Contrato, sem ônus adicional para o MD.

13.2. Espera-se que o preposto seja qualificado para desempenhar as seguintes tarefas:

- Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- Acompanhar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;
- Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;
- Cumprir e fazer cumprir, por parte dos empregados da Contratada, todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Instituto, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em contrato;
- Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
- Reportar-se ao responsável pela fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- Relatar ao responsável pela fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;
- Encaminhar ao responsável pela fiscalização do contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados;
- Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado;
- Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada respondendo, perante o Instituto, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

13.3. Observar a obrigatoriedade de contratação e a forma de recontração dos colaboradores alocados no Contrato nº **023/2020MD**, à empresa CONTRATADA, para disponibilização de mão de obra terceirizada, Design gráfico e Editor de Mídia Audiovisual, conforme disposições contidas nas CCT 2023/2023 nº DF000209/2023, cláusula vigésima nona - incentivo à continuidade, e CCT 2023/2023 nº DF000111/2023 cláusula quadragésima, respectivamente para cada profissão.

13.3.1. Aplica-se o disposto no subitem anterior para os outros terceirizados, caso sejam previstos em suas convenções coletivas de trabalho conforme cada categoria profissional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Inexistem riscos ambientais decorrentes desta contratação, visto que se trata apenas de serviços administrativos, operacionais e técnicos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara viabilidade e a razoabilidade da contratação de empresa de prestação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados, de forma contínua, compreendendo 6 (seis) postos de jornalista, 2 (dois) postos de publicitário, 2 (dois) postos de editor de mídia audiovisual, 1 (um) posto de operador de câmera, 3 (três) postos de design gráfico e 1 (um) posto de operador de mídia audiovisual, todos relacionados à área da comunicação social, de forma a atender o Ministério da Defesa., com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 9º da IN 58/2022, da SEGES/ME.

15.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, a viabilidade da contratação e os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta, após a análise da autoridade competente.

15.3. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD N° 3740, de 17 de julho de 2023 (6426690), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 29, de 21 de julho de 2023 (6420170), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante: SC HEMERSON THYAGO GOMES ALVES, CPF: ***.537.401-**, lotado na Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM;

II - na condição de integrante técnico: NEYTON ARAUJO PINTO, CPF: ***.601.438-**, lotado na Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM; e

III - na condição de integrante administrativo: 1º Ten RM2 (MB) UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA, CPF: ***.346.481-**, lotada na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD N° 3740, DE 17 DE JULHO DE 2023

HEMERSON THYAGO GOMES ALVES

integrante requisitante



Assinou eletronicamente em 29/01/2024 às 10:32:25.

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD N° 3740, DE 17 DE JULHO DE 2023

NEYTON ARAUJO PINTO

integrante técnico



Assinou eletronicamente em 29/01/2024 às 11:41:16.

Despacho: PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD N° 3740, DE 17 DE JULHO DE 2023

UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA

integrante administrativo



Assinou eletronicamente em 25/01/2024 às 18:20:02.